
TEOLOGIAS EM TENSÃO NO BRASIL (*)

(Breve reflexão sobre suas causas)

Mário de França Miranda S.J.
Belo Horizonte

Tendo em consideração tanto o limitado espaço de tempo à nossa disposição para elaborar esta comunicação, quanto o momento histórico que vivemos no âmbito da teologia e bem como o grupo concreto aqui reunido, determinamos o objetivo deste trabalho: algo que estimulasse o diálogo entre nós e redundasse assim em proveito para a teologia sistemática no Brasil. Deste modo procuramos fazer emergir *alguns* focos geradores de tensões e divisões, explicitando brevemente, como eles surgiram. Objetivo modesto como se pode ver, já que o elenco destes pontos não pretende ser exaustivo e nem seu tratamento do nível qualitativo que mereceriam, na esperança de que acréscimos e correções virão posteriormente no curso do debate. Levou-nos a escolher um tal enfoque a convicção da necessidade de discutirmos pontos teológicos mais fundamentais, se pretendemos colocar o debate atual no nível que lhe compete e ir assim terminando com o clima de suspeitas ideológicas ou heterodoxas, de julgamentos prévios de intenções e de formação de grupos hostis.

Dividiremos esta reflexão em três partes: numa primeira procuraremos brevemente ver, numa perspectiva mais histórica, como chegamos à situação atual; em seguida examinaremos os fatores epistemológicos responsáveis por teologias divergentes e até opostas entre nós; e finalmente, numa terceira parte, teremos uma breve

(*) Este trabalho foi escrito para ser apresentado num encontro de Comissão Episcopal de Doutrina da CNBB com um grupo de teólogos, representativo das mais diversas modalidades e correntes. Com isso fica esclarecido o seu gênero literário: uma reflexão breve e concisa que desse ocasião a um debate posterior; daí compreende-se também a ausência de notas e de citações. Esta elaboração diz respeito somente à teologia sistemática, já que foi precedida por duas outras exposições sobre a situação atual da teologia bíblica e da teologia moral no Brasil. A busca desinteressada e sincera da verdade pressupõe a "kenosis" intelectual de saber abrir-se e deixar-se questionar pelo "diferente", e portanto de poder com ele dialogar. Este pressuposto torna-se mais viável se são desenterradas e examinadas as raízes responsáveis pelas diversidades de acento e de conteúdo teológico. Este é, dito bem simplesmente, o objetivo último destas linhas.

consideração sobre alguns elementos especificamente de natureza eclesial e origem de conflitos.

I

Por teologia sistemática entendemos a reflexão feita, à luz da fé, sobre a própria revelação, como palavra e como ação, procurando não só uma maior compreensão, unidade e ordem do que se crê, mas também visando a uma maior lucidez na determinação da práxis cristã. Esta definição é propositadamente bastante geral para abranger desde a reflexão teológica realizada no interior do NT até a elaboração recente da teologia como ciência, passando pela Patrística, pela Escolástica e pelas sínteses mais próximas de nós deste último século.

A história nos ensina que ela sempre procurou uma compreensão racional e unitária das verdades salvíficas no interior de uma cultura determinada e em diálogo com esta. Seu ponto mais alto foi alcançado com as sínteses escolásticas do século XIII, ajudadas pelo instrumento aristotélico e pela homogeneidade cultural. Nos séculos seguintes o crescente emancipar-se da razão com relação à religião, especialmente pela irrupção da ciência moderna, acarreta como reação uma atitude de desconfiança por parte da Igreja, traduzida num afastamento entre teologia e cultura da época. Com raras e honrosas exceções a teologia confina-se à Escolástica, limita-se à formação clerical e distancia-se da vida concreta.

Esta situação atinge também o Brasil que, mesmo tendo alguns nomes que se destacam, especialmente neste século, apenas reproduz em escala tropical as disputas intra-eclesiais européias. A teologia sistemática dos manuais, repetitiva e sem originalidade, ensinada nos seminários, procurava sobretudo explicar e defender as asserções do magistério eclesiástico, acuado pelos ataques do pensamento moderno; esta psicologia da fortaleza sitiada unifica o pensamento teológico, favorece opiniões mais seguras, fortalece a doutrina tradicional, perdurando até a reação ao modernismo e a condenação da "nouvelle théologie".

O Concílio Vaticano II representa uma profunda mudança na atitude da Igreja, que terá repercussões ainda não totalmente equacionadas e controladas pela teologia sistemática. No momento em que a Igreja realiza ser sinal da salvação de Jesus Cristo *para o mundo* e aceita o diálogo com a modernidade (GS 62), ela se vê invadida por

uma avalanche de problemáticas, fazendo desmoronar sínteses seculares e jogando nos ombros de uma geração de teólogos um peso excessivo. Isto acontece primeiramente devido às recomendações do próprio Concílio: dando à Palavra de Deus o lugar central na reflexão teológica (DV 24) põe o teólogo sistemático numa situação incômoda, já que bastante despreparado em meio à complexa batalha hermenêutica pela verdade escriturística; buscando a evangelização da cultura envolvente, leva-o a acolher a realidade em sua pluralidade inabarcável de aspectos e problemáticas, ocasionando as assim chamadas teologias do genitivo e o desaparecimento das sínteses clássicas. Em segundo lugar alia-se à complexidade da realidade o próprio pluralismo cultural hodierno com leituras diversas e por vezes irredutíveis desta mesma realidade (GS 44), representando um golpe mortal no sonho de uma teologia católica universal e culturalmente homogênea, e dificultando como nunca na história da teologia, o diálogo entre os estudiosos. Deste modo tem hoje a teologia sistemática uma profunda consciência de suas limitações, da dificuldade (ou impossibilidade) de fazer entrar todos os elementos pertinentes em sua síntese, da necessidade de correção e complementação de suas conclusões.

Na América Latina a crescente tomada de consciência dos mecanismos estruturais que mantinham este continente acorrentado à pobreza, à ignorância e à opressão política, confirmada e estimulada pelas Assembléias Episcopais de Medellín e de Puebla com suas opções pela maioria sem voz e sem vez, trouxe nova tarefa à teologia: não só articular este dado angustiante da injustiça social numa compreensão coerente e unitária da fé, mas sobretudo refletir criticamente sobre a práxis transformadora desta situação anti-evangélica. Com isto começa a teologia latino-americana (e nesta a teologia produzida no Brasil) a ganhar feições próprias pela primeira vez em sua história, seja pela temática, seja especialmente pelo método, objeto mais recente das atenções dos estudiosos.

Esta introdução mostra-nos que a teologia sistemática no Brasil suporta a problemática comum à teologia ocidental em nossos dias aliada à dramática situação social do país; dela não podemos exigir mais do que realmente pode dar.

II

Sendo a teologia uma *reflexão crítica* elaborada a partir da práxis cristã da *comunidade eclesial*, aparecem aí claramente dois

elementos importantes e próprios da produção teológica; de um lado buscará ela integrar numa síntese racional os diversos artigos e práticas correspondentes da fé comunitária, relacionando-os entre si, hierarquizando-os; de outro lado, dar-se-á ela no interior da Igreja e a seu serviço, esclarecendo-a, iluminando-a no contexto concreto em que esta se encontra. Embora estas duas características da teologia apareçam sempre juntas e entrelaçadas, iremos examiná-las separadamente, procurando fazer aflorar os elementos que, numa e noutra, explicam as tensões e as divergências atuais.

Não há dúvida que a diversidade de visões globais da fé é tão velha quanto o cristianismo; de certo modo, pluralismo teológico já encontramos nos Evangelhos, irredutíveis em suas especificidades; a teologia dos judeu-cristãos era diversa da dos helenistas, como mais tarde a teologia oriental e ocidental ou a monástica e a escolástica apresentarão diferenças em pontos centrais da fé. Embora tal diversidade fosse, em grande parte, devida ao contexto cultural respectivo, havia possibilidade de diálogo e de entendimento, pois os pressupostos, as categorias de pensamento e as questões debatidas ou eram comuns ou eram captadas pelos outros; no fundo podia-se falar e fazer-se entender.

Hoje a situação é outra: o teólogo sistemático não tem possibilidade de, no interior de tais ciências, acompanhar e exercer um juízo crítico sobre as conclusões que nos chegam da Exegese Bíblica e da História dos Dogmas, já que nem mesmo chega a dominar os complexos métodos de pesquisa e hermenêutica por elas utilizados; além disso a teologia sistemática atual emprega diferentes filosofias em seu labor reflexivo, às quais se juntam hoje especialmente as ciências humanas, com uma enorme pluralidade de métodos, escolas e sistematizações. Diante dessa imensa multidão de dados provenientes da sociedade, da Igreja e da própria teologia, não resta ao teólogo sistemático senão *escolher* daí o material mais condizente com a síntese que pretende elaborar. Depois de Medellin e Puebla apresenta-se esta escolha em nosso país com uma orientação bem determinada; de fato, diante da situação dramática de imensas maiorias a consciência cristã indignada quer uma caridade eficaz, que transforme e corrija tal situação, aparecendo então a teologia como fator importante para despertar, estimular e fundamentar uma práxis cristã coerente nesta situação. Assim podemos dizer que, no fundo, o critério da escolha dos dados e de sua leitura é de natureza *ética*. E daqui se entende que uma maior ou menor sensibilidade do teólogo com a situação aflitiva das maiorias pobres irá conseqüentemente *condicionar* sua leitura, tanto da Palavra de Deus como da própria realidade; sua bagagem de

experiências e de conhecimentos permitem-lhe ou vetam-lhe uma determinada teologia; é o conhecido círculo hermenêutico que desfaz o mito do espectador neutro diante de uma realidade que se revelaria igualmente a todos. Mesmo afirmando a justa autonomia da teologia enquanto usa sua lógica e rigor crítico ao refletir sobre o seu objeto, não se pode negar certa dependência do teólogo que a pensa devido a seu lugar social; não se pode deixar de constatar uma correlação entre leitura da realidade e teologia produzida, que explica inclusive juízos teológicos divergentes sobre a mesma realidade, como já fora observado no Vaticano II (GS 43). Nesse caso a discussão intra-teológica revela-se insuficiente enquanto os pressupostos pré-teológicos não forem explicitados e examinados pelas partes em questão. Assim, por exemplo, o conteúdo teológico concreto de uma opção preferencial pelos pobres vai depender em boa parte da opção prévia pela mudança ou pela reforma do sistema, a qual é, por sua vez, condicionada pela própria experiência (lugar social).

A importância da experiência é ressaltada mesmo ao afirmarmos a necessidade das Ciências do Social, para que a leitura da realidade seja crítica, consciente de seus pressupostos e menos sujeita às imagens ideológicas; de fato é a percepção pré-científica da realidade que vai ser decisiva (juntamente com a fé cristã) na escolha do instrumental sócio-analítico. Logo também ela deve alcançar a realidade, e ser crítica em seu nível de captação e expressão da mesma; há de fato uma continuidade entre o discurso religioso e o discurso teológico, continuidade de objeto e de pertinência.

Não podemos deixar de mencionar que, na escolha do instrumental sócio-analítico, o uso da análise marxista da realidade polariza grande parte do debate atual; se por um lado revela-se muito problemática a possibilidade real de separar tal análise de seus pressupostos antropológicos e de sua visão da história, deve-se, por outro lado, ter em conta que um certo marxismo difuso já pertence à cultura moderna, e que a simples menção de algumas noções não implica sem mais violência à fé.

Outra questão aberta pelo Vaticano II, ao retomar o diálogo da Igreja com o mundo, diz respeito à *relevância* da reflexão teológica. Certamente por ser a dimensão social intrínseca à produção teológica (o teólogo escreve para ser lido) e portanto ser ela sempre relevante para um certo auditório, pesa sobretudo em nosso país a dramática situação social, polarizando grande parte do esforço teológico mais criativo e fazendo refluir tal reflexão sobre boa parte dos temas teológicos (Cristologia, Ecclesiologia, Graça, Deus, etc.). Neste sentido aparece como relevante a teologia que vai na linha das trans-

formações exigidas pelos *ethos* cristão . A relevância atual da problemática social parece-nos legítima (e mesmo necessária), já que toda teologia é sempre condicionada, respondendo questões e desafios dela não provenientes; é sempre contextual e histórica. Por outro lado o perigo de reduzir o cristianismo a uma ideologia, de qualquer coloração que seja, já não nos parece mais atual em nosso país.

Aqui devem ser feitas duas observações. A primeira enfatiza que a relevância não é critério da verdade teológica, já que esta é de outra ordem; de fato, devemos respeitar a distinção entre caridade e sua mediação concreta, embora a primeira só seja real na segunda, a qual não se pode deduzir linearmente daquela; só a caridade é normativa teologicamente, não a mediação pela qual ela se exprime e constitui como amor que busca eficácia. Logo uma práxis não pode ser afirmada cristã apenas porque leva às transformações exigidas pela caridade; seria fazer da eficiência pragmática o critério específico do cristianismo, esvaziando toda a lógica da cruz. Além disso dificilmente uma praxis *concreta* pode se erigir como a única evangelicamente legítima, tal a complexidade dos fatores significativos implicados numa mudança social (de ordem pessoal e estrutural), inabarcáveis em si e em suas consequências pelo sujeito de uma concreta opção sócio-política; deste modo esta vem à luz sempre estigmatizada pela historicidade, pelo risco e mesmo pela reversibilidade. A segunda lembra que o homem não se reduz somente à sua dimensão sócio-política, e nem esta é suficiente para explicar, por si só, a atual situação da sociedade brasileira; logo faz-se mister permitir que outras leituras da realidade mereçam também a atenção dos teólogos (filosofia, antropologia cultural, história, psicologia, etc.); tais elaborações compreensivas do real, mesmo permanecendo dentro de suas justas autonomias, estão articuladas com o âmbito sócio-político, podendo trazer elementos importantes para uma visão mais objetiva e adequada da realidade, impedindo que uma teologia impaciente elabore sínteses simplistas ou descambe para o voluntarismo repetitivo.

Outro ponto que atua como divisor de ânimos hoje no Brasil aparece quando consideramos a teologia como uma grandeza sociológica que, como tal, quer queira ou não seu produtor, exerce influência na sociedade, já que uma coisa é intenção subjetiva e outra repercussão objetiva. Numa sociedade que deve ser transformada como decorrência de uma caridade que se quer efetiva, um discurso teológico pretensamente neutro (pela omissão da dimensão sócio-política) ou claramente obstaculizando aos imperativos cristãos de transformação, não deixa de ter conotação ideológica, pres-

tando-se mesmo a manipulações interessadas. Tais teologias, ainda que válidas em si, não são, do ponto de vista cristão, pertinentes. Deste modo parece-nos correta a afirmação de que a apologia de um pluralismo teológico pode encobrir uma opção ideológica. Contudo, também ideológica seria a pretensão de confinar a teologia ao âmbito do sócio-político. Há portanto lugar para um pluralismo teológico *pertinente* com diversidade de temáticas e de métodos; de temáticas porque é mister teologizar o que não sendo diretamente sócio-político, contudo o condiciona; de métodos, porque método e objeto se implicam e se constituem dialeticamente. Assim nos parece possível um pluralismo de teologias pertinentes, isto é, que, de fato, vão na linha das mudanças sociais necessárias, não se limitando apenas a recuperar o sentido da fé em meio aos desafios culturais de hoje.

III

Embora intimamente relacionada com a característica da teologia como Ciência, e em concreto dela inseparável, procuramos intencionalmente, por razões de clareza, deixar em silêncio até aqui a sua dimensão eclesial. Enquanto reflexão feita na comunidade, para a comunidade, por membros da comunidade e tomando como ponto de partida a fé desta comunidade é a produção teológica eminentemente eclesial. Deste modo ela será *diretamente* afetada por uma determinada situação de Igreja.

Atualmente, em nosso país, esta sofre uma tensão de fundo, rebelde a uma formulação e solução teórica, e que concerne o seu próprio ser. Embora tão antiga quanto a própria Igreja (disputa entre Pedro e Paulo), ela renasceu com força por ocasião do Vaticano II; de fato ao se compreender como sacramento de salvação para o mundo, ela procurava corrigir o unilateralismo de uma introversão eclesiástica. Este autodefinir-se a partir de sua missão foi acentuado na América Latina por Medellín e Puebla, gerando uma tensão que atinge todo o povo de Deus, hierarcas e fiéis, e naturalmente os próprios teólogos, conforme a preocupação de cada um em *privilegiar*, por razões diversas, o diálogo com a realidade ou a identidade da Igreja. Note-se que ambos os elementos, profético ou institucional num sentido bem geral, têm plenos direitos de cidadania na Igreja, necessitam-se mutuamente e nunca se encontram em estado puro. A opção que privilegia um deles deve-se a fatores complexos e diversos (alguns foram mencionados mais atrás) explicando não só as tensões entre teólogos, mas também os conflitos destes com o magistério.

No fundo estamos às voltas com o velho problema dos critérios decisivos para a identidade cristã, que não pode ser formulado na alternativa "ortodoxia ou ortopraxia", já que tal identidade é dinâmica, histórica, constituída pela ação contínua do Espírito, que integra verdade e vida. De fato, querer determinar esta identidade e portanto a unidade da Igreja a partir de práticas cristãs significantes numa determinada situação é esquecer que o específico de tais práticas (enquanto cristãs) provém de outra ordem (verdade, Palavra de Deus), irredutível às práticas em questão; pretender, por outro lado, fixar numa doutrina o critério da unidade, com o recurso a formulações passadas, também não resolve a questão. Mesmo um dogma de fé representa o amálgama de uma verdade salvífica numa expressão cultural e historicamente condicionada, na qual no entanto, ele se faz inteligível para uma determinada época; outras épocas, outras culturas, podem tornar a formulação tradicional em obstáculo ao acesso à verdade salvífica, exigindo nova formulação dentro de outro horizonte de compreensão, sem privar a expressão anterior de sua característica de verdadeira.

Mais problemática é a doutrina como expressão do magistério ordinário da Igreja, cuja história apresenta não apenas uma evolução linear do implícito para o explícito, mas mudanças reais que custaram muita luta e sofrimento; portanto são formulações verdadeiramente reformáveis (por exemplo, os pronunciamentos do magistério sobre as Ciências Bíblicas na primeira metade deste século).

Por outro lado o magistério ordinário dos bispos é essencial para a comunidade eclesial, já que estes são responsáveis pela unidade do rebanho, a qual, por sua vez, fundamenta-se na mesma fé e costumes, expressos num determinado discurso religioso e em práticas religiosas concretas. Desde que afirmações teológicas ponham em perigo este universo simbólico confessional compete ao bispo trazer a seu rebanho uma palavra autêntica da Igreja, examinando não só a verdade de tais asserções, mas ainda o seu impacto na comunidade. Esta palavra, mesmo que reformável, deve ser dita, pois o bispo no exercício de seu magistério não pode limitar-se aos dogmas de fé, devendo pronunciar-se também em situações históricas e cambiantes.

É necessário ter também presente que a teologia não esgota sua função ao explicar, aprofundar e defender o ensino do magistério; tal redução se deu a partir do final do século passado contrastando visivelmente com seu passado, onde ela aparece forjando formulações dogmáticas, repensando a fé em novos horizontes e exercendo uma função crítica de quem se sentia também responsável pelas deformações da fé. Magistério e teologia são portanto diaconias

vítas da e na Igreja, irredutíveis mas auto-implicando-se intimamente. A história nos ensina que não há um modelo estrutural que elimine possíveis conflitos, e que uma instância não pode se deixar absorver na outra sob pena de sérias consequências para a Igreja.

Em nosso país as tensões da realidade refletem-se inevitavelmente dentro da Igreja e da teologia, ocasionando situações conflituosas, também entre bispos e teólogos. Três fatores, entre outros, agravam sobremaneira um tal estado de coisas. O primeiro é a deficiência entre nós, por várias razões, de um diálogo intra-teológico verdadeiramente de nível científico; esta lacuna acaba por forçar intervenções episcopais que, justificadas ou não, dividem os ânimos e fomentam a suspeita mútua. O segundo fator diz respeito a uma certa radicalização das posições assumidas, provocada, em última instância, pela pressão dos desafios urgentes da realidade, que rebaixa o nível do diálogo e estimula o uso de recursos de todo gênero. O terceiro fator origina-se no fato de que a teologia sistemática no Brasil está de tal modo colada à realidade, que se revela extremamente difícil um debate teológico entre especialistas fora do conhecimento dos demais fiéis, mesmo prescindindo-se da questão anterior, se isto é simplesmente possível ou desejável.

Não podemos finalmente deixar de mencionar a rica problemática lançada à teologia pela experiência das comunidades eclesiais de base, a resposta mais original e esperançosa dada pela Igreja aos desafios da realidade brasileira. Sua incidência tem sido enorme na reflexão teológica provocando um crescente repensamento de dados tradicionais, sobretudo, embora não exclusivamente, de natureza eclesiológica: fé e política, povo de Deus, ministérios eclesiais, valor da expressão de fé da comunidade, Igreja e poder, etc.

No final desta exposição temos forte consciência do caráter fragmentário da mesma, seja pela perspectiva adotada, já que todo ponto de vista é parcial e incompleto, seja pela própria temática, em sua extensão e no modo conciso com que foi tratada. Estas deficiências transformam-se, neste momento e diante deste grupo, num convite a complementações, aprofundamentos e questionamentos, para que, através do diálogo e da discussão, possamos aproximarmos mais da verdade, em toda a sua riqueza e complexidade.

ENDEREÇO DO AUTOR:

*Caixa postal 5047 — Venda Nova
30.000 Belo Horizonte - MG*